

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i>	
<i>Paulo Alberto da Silva Sales</i>	
<i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i>	
<i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i>	
<i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
<i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i>	
<i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA

Mônica Andrade Modesto

SEDUC-SE/ UFS (PPGED)

Aracaju-SE

RESUMO: No mundo contemporâneo, onde se percebe uma tendência para o desvencilhamento da forma fragmentada de produzir conhecimento, a demarcação de fronteiras entre campos de estudo torna-se impertinente e limitadora da compreensão do mundo e da aplicabilidade do conhecimento científico na vida prática. Diante dessa reflexão e a partir de uma análise da Base Nacional Comum Curricular, no tocante ao ensino de história para os anos iniciais, o presente artigo objetiva refletir sobre as possibilidades de diálogo entre a História e a Pedagogia no processo de formação docente, buscando demonstrar que é possível e necessário transcender essas fronteiras. Os resultados apontaram que, em nome de uma aprendizagem histórica adequada na Educação Básica, faz-se mister que as dessemelhanças entre as áreas mencionadas sejam vencidas e que compreendamos a transversalidade como uma possibilidade para isso, conforme aqui se exemplifica com o tema Meio Ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: História. Meio ambiente. Pedagogia. Transversalidade.

ABSTRACT: In the contemporary world, where

it is perceived a tendency for a disengagement of the fragmented way of producing knowledge, the boundaries demarcated between the study fields became impertinent and limiting to the understanding of the world and the applicability of scientific knowledge in practical life. From this speculation and the analysis of the Base Nacional Comum Curricular, regarding the History teaching in the early school years, the present paper aims to investigate about the possibilities of dialogue between History and pedagogy in the teacher training process, searching to demonstrate it is possible and necessary to transcend these boundaries. The results shown, in the name of an adequate History learning in the basic education, it is required to surpass the differences between the mentioned fields and comprehend the transversality as a possible path, as this paper exemplifies with environment as a theme.

KEYWORDS: History. Pedagogy. Environment. Transversality.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS E DEMARCAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO

No campo da História, o ensino de história é um tema que vem ganhando espaço para discussões em eventos, periódicos, livros e nos currículos de licenciatura que estruturam a formação docente relativa a essa área de

ensino a partir da década de 1980, com a redemocratização do país. Aos poucos, grupos de estudos relacionados ao ensino de história começaram a se estruturar nos estados e o debate ganhou um espaço mais amplo de diálogo a partir de 2013, com a criação do Grupo de Trabalho Ensino de História e Educação na Associação Nacional de História (ANPUH).

Apesar disso, as discussões sobre o ensino de história para os anos iniciais do Ensino Fundamental ainda são escassas e observa-se a existência de uma fronteira dialógica entre a formação docente em História e em Pedagogia. De um lado, tem-se a primeira licenciatura como campo voltado para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio e, do outro, uma licenciatura voltada para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Porém, a História, na condição de disciplina, atravessa toda a formação que compreende a Educação Básica do sujeito.

Verifica-se um potencial espaço de discussão entre ambas as áreas quando as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (BRASIL, 2006) estabelecem no item i, inciso primeiro, artigo sexto, que o pedagogo deverá estar apto a trabalhar didaticamente com conteúdos relativos à História e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de História (BRASIL, 2001) definem como competências e habilidades da licenciatura o domínio dos conteúdos básicos do ensino fundamental e médio e o domínio de métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino. Uma licenciatura poderia subsidiar a outra, visto que a Pedagogia tem, em seu cerne, a didática requerida pela História e essa, por sua vez, traz, no bojo de sua constituição, os conteúdos necessários para a promoção de aprendizagem histórica exigida pela Pedagogia.

Todavia, apesar dessa possível articulação, em conformidade com o pensamento de Oliveira (2003), o que se tem observado é não só um desinteresse de grande parte dos historiadores pelo processo da aprendizagem histórica das crianças, como também uma falta de preocupação com a formação da área alheia. Do mesmo modo, há a falta de interesse dos pedagogos em subsidiar a formação didática de profissionais de outras áreas, pois, segundo a autora,

Nos currículos de ambos os cursos há lacunas, principalmente, quanto às metas do ensino de História para as séries iniciais. Mesmo quando as disciplinas denominadas *pedagógicas* são ministradas nos cursos de Pedagogia ou as disciplinas de Ensino de História são ministradas por historiadores, verifica-se total desarticulação. Os docentes do curso de História não estão preocupados com a formação do pedagogo e, vice-versa (OLIVEIRA, 2003, p. 264).

Ora, se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (BRASIL, 2010) asseguram que o aprendizado de História deve ser iniciado ainda nos primeiros três anos do Ensino Fundamental e agora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza que nesse mesmo período de escolaridade deve prevalecer a abordagem de um sujeito coletivo “desenraizado, seja por contingências

históricas, seja, ainda, em razão de viver em uma época em que se buscam múltiplos referenciais identitários que questionam as antigas construções do ideário do Estado-nação” (BRASIL, 2018, p. 355), é inaceitável essa fronteira demarcada entre a História e a Pedagogia.

Nessa direção, pensar o ensino de história nos anos iniciais ou nos anos finais da Educação Básica, implica considerar a aprendizagem histórica dos alunos e refletir sobre a formação de professores na era contemporânea, pois esse é o denominador comum que perpassa todas as licenciaturas. Desse modo, implica pensar em uma formação que vai para muito além da didática e da metodologia do ensino, tendo em vista os desafios complexos que vêm sendo enredados na sociedade e, diante disso, precisamos ter professores preparados para enfrentar esses desafios.

Uma possibilidade para o diálogo entre as áreas supramencionadas é a transversalidade do ensino, um processo de desnaturalização da estrutura cômoda – no sentido de comodidade – que é o engavetamento dos conhecimentos e dos saberes que concebe a mente humana como uma cômoda, móvel utilizado para engavetar separadamente pertences. De acordo com Freitas Neto (2013), a transversalidade se apresenta como “uma proposta que ultrapassa a fragmentação dos conteúdos e disciplinas, prevendo um trabalho cujo conhecimento seja construído em função dos temas e propostas apresentados” (p. 59). Os temas aos quais o autor se refere são os elencados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais: ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual e meio ambiente. Esse último será o tema sobre o qual este escrito se debruçará, observando a sua abordagem no ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Diante desse prelúdio, o presente artigo, tomando como foco o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental, vislumbra então refletir sobre a necessidade do diálogo entre a História e a Pedagogia, entendendo a transversalidade como um elemento convergente para esse diálogo. Como caminhos para essa reflexão, elenca-se o tema Meio Ambiente como possibilidade apontada para que a convergência entre as duas áreas possa acontecer, embasando-se nas proposições contidas na BNCC.

Para tanto, o estudo ancora-se nos pressupostos da aprendizagem histórica, da História Cultural, da transversalidade do ensino, bem como nas premissas da formação docente no contexto da Contemporaneidade, fazendo alusão ao paradigma da complexidade, e, em uma análise sobre a transversalidade no ensino de história para os anos iniciais a partir da Base Nacional Comum Curricular, toma como referência o tema Meio Ambiente para conjecturar que as fronteiras entre a História e a Pedagogia podem ser transcendidas.

CONFLUÊNCIAS ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA NOS ANOS INICIAIS

A educação básica, principalmente no que concerne aos anos iniciais do Ensino Fundamental, assegura aos alunos a garantia de aprendizagem e de um

desenvolvimento pleno, que atente para as diversidades social, cultural e individual dos alunos por meio de uma proposta da transversalidade do ensino (BRASIL, 2010). Sendo assim, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, os alunos devem assimilar, ainda que de forma tácita, a ideia de que o cotidiano não está presente em uma ou outra disciplina, mas em todo o processo educativo.

Decerto, é manifesto nos documentos que norteiam o Ensino Fundamental, que a ênfase maior nos anos iniciais deve ser direcionada à alfabetização e ao letramento e à alfabetização matemática, contudo, defende-se o pensamento de que um sujeito somente será capaz de aprender a ler, a escrever e a resolver desafios matemáticos se ele considerar a sua realidade, a sua história, a história da qual faz parte.

Por conseguinte, entende-se por aprendizagem histórica a

(...) possibilidade de internalização de determinada consciência histórica pelos sujeitos, podemos tanto falar em internalizar para manter e conservar, como também falar na possibilidade de internalização como subjetivação (interiorização mais ação dos sujeitos), com vistas às intervenções e transformações na vida prática. Assim, seja em função da manutenção ou à mudança de uma determinada concepção de mundo, se coloca como fundamental a necessidade de modificar, de maneira duradoura e concreta, modos de internalização do conhecimento, historicamente existentes, desafiando as formas atualmente dominantes de cognição, consolidadas em favor do capital (SCHMIDT, 2009, p. 205).

Sendo a aprendizagem histórica uma internalização da consciência histórica que pode ser assimilada com vistas a manter ou a transformar a vida prática através das ações dos sujeitos, entende-se que a História anda de mãos dadas com o poder (entendido aqui no campo do poder simbólico), sobremaneira, na era contemporânea, em que não existe mais uma grande história consagradora de personagens ilustres, mas sim múltiplas histórias.

Porém, um fator limitador para que essa aprendizagem histórica comece a acontecer nos anos iniciais do Ensino Fundamental é a fragilidade da formação docente dos pedagogos no que diz respeito ao campo do ensino de história. Na era contemporânea, em que emerge o paradigma da complexidade, no qual a transversalidade é uma proposta contra hegemônica que representa uma possibilidade de transição do paradigma simplificador em direção à complexidade da formação e a necessidade de superar a estrutura fragmentadora da formação que o paradigma simplificador incutiu nos processos de ensino durante a Modernidade (MORIN; LE MOIGNE, 2000), torna-se inconcebível a promoção de um ensino de história que reforce a ideia mecanicista e factual que tivera outrora.

Considerando-se esse cenário, elenca-se como eixo de pensamento para este artigo o entendimento burkeano, que a compreende como um campo de estudo que tem como interesse a atividade humana, a narrativa dos acontecimentos, a análise das estruturas que ocasionam fatos, o entendimento de que todos têm uma história e de que, para se fazer História, devem ser consideradas as representações sociais dos indivíduos (BURKE, 2011).

Tal entendimento de Peter Burke (1997) é fruto de seus estudos sobre a Escola dos *Annales*, proposta francesa empreendida a partir de 1929, que tinha como objetivo combater o paradigma factual ou “historizante” consolidado no século XIX, voltando a escrita da História para uma proposta apoiada em uma multiplicidade de fontes, que observa e considera a abrangência da atividade humana. Nesse sentido, Burke procura fortalecer o ideário acerca da História Cultural a partir da evolução desse movimento e das mudanças que trouxe para a escrita da História durante o século XX. Diante dessa perspectiva, lançam-se novos olhares sobre o tempo, o espaço e o homem, oportunizando a abertura para o diálogo entre a História e as outras áreas, o que leva a depreender que a História é uma ciência de caráter transversal, à medida que perpassa por todos os objetos de estudo, uma vez que não há objetos e/ou estudos que sejam a-históricos.

Logo, como afirmava Braudel (1978), pensar História significa também pensar em tudo o que envolve o ser humano, afinal, História é um movimento orquestrado e, outrossim, lembra uma sincronia entre o complexo de relações que principiam a identidade e a cultura dos seres humanos e refletem-se na composição da História. Utilizando-se dessa compreensão, o ensino de história, à luz da História Cultural, é um campo propício para discussões transversais que integram as problemáticas sociais aos conteúdos disciplinares.

Esse campo é capaz de promover elos com conteúdos de outras disciplinas e de suscitar nos alunos a percepção da sua posição e do seu papel na sociedade em que vivem, frente aos conhecimentos adquiridos sobre o passado. Além disso, é capaz de oportunizar a construção de valores, a sensibilização, a conscientização e a emancipação dos sujeitos na relação homem-natureza, visto que essa abordagem histórica se constitui como um campo multi e interdisciplinar.

Considerando esse pensamento e que a História tem papel significativo em “situar o papel do homem no processo de transformação da natureza, assim como dimensionar, para além do tempo presente, os limites e o poder das ações humanas” (BITTENCOURT, 2003, p. 42-43), verifica-se que é fundamental compreender essa ciência para compreender-se no mundo. Assim, o ensino de história constitui-se um elemento do processo educacional que tem como função “a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes social e coletiva” (FONSECA, 2008, p. 89). Dessa maneira, não pode ser compreendido de forma dissociada da formação cidadã e da concepção de cidadania planetária, isto é, de uma formação que leve o sujeito a compreender que ele está inserido em um determinado espaço, mas que esse espaço não se resume ao local, ele é interdependente de um espaço global. E aqui mais uma vez cabe menção ao mote que enceta este escrito.

Por isso, a consciência de que é preciso pensar, conhecer o local para agir de forma global, bem como conhecer o global para agir de forma local é necessária e a História, ao expor os acontecimentos históricos e considerá-los no tempo e no espaço,

mostra-se capaz de suscitar nos alunos a percepção crítica das consequências ambientais, políticas, culturais, sociais que deles advieram.

Tomados por essa percepção, os alunos estarão aptos para entender e para buscar informações relacionadas às transformações do planeta e aos riscos que ele corre devido à insustentabilidade dos modos de vida humanos; bem como para questionarem essas transformações e buscarem alternativas para a mitigação dos impactos oriundos delas; para perceberem-se como elementos causadores e sofrendores das questões ambientais; para sentirem-se integrantes do meio e, por conseguinte, da História.

Segundo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais e agora também da Base Nacional Comum Curricular, o tema transversal Meio Ambiente deve ser abordado ao longo de todos os anos do Ensino Fundamental, em todas as áreas do conhecimento. No que se refere ao ensino de história, a ênfase é o trabalho do tema atrelado à compreensão histórica da realidade em que os alunos vivem para que seja oportunizada a conscientização e sensibilização da problemática ambiental e a formação de cidadãos de caráter planetário que têm uma consciência crítica e percebem-se como agentes transformadores. Entretanto, essa compreensão de que a aprendizagem histórica e a transversalidade são elementos potencializadores para o diálogo entre a História e a Pedagogia é, por vezes, negligenciada pela fragilidade da formação docente.

A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E AS LIMITAÇÕES QUANTO AO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental, lecionado pelo pedagogo, é assegurado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia que, no artigo quinto, estabelece que esse profissional, ao término de sua formação inicial, deverá estar apto para ensinar, de forma interdisciplinar e adequada, todas as disciplinas que compõem o currículo relativo a esse período da Educação Básica. Em contrapartida, esse mesmo documento define que o currículo do referido curso deve ser composto por três núcleos: a) estudos básicos; b) aprofundamento e diversificação de estudos; c) estudos integradores, sendo que o componente curricular voltado para a didática do ensino de história inclui-se no primeiro núcleo.

Em que pese essa orientação, o que se observa é que em muitos currículos é destinada uma carga horária muito pequena para o ensino de história, constando apenas uma disciplina, e, em muitos casos, essa disciplina é dividida com o ensino de geografia. Cabe ressaltar que no ensino de história, a abordagem da teoria é necessária para possibilitar o desenvolvimento de métodos e técnicas de ensino coerentes que serão utilizadas pelos futuros professores, visto que essa disciplina é voltada para o campo da didática e tem como desdobramento a orientação metodológica sobre como ensinar história. Essa relação entre teoria e método não pode ser pensada de

maneira dicotômica, visto que não pode haver uma escolha metodológica que não carregue em si uma abordagem teórica e vice-versa.

No caso específico do ensino de história para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a aprendizagem de estratégias metodológicas deve estar respaldada na compreensão de que o trabalho com os alunos dessas séries precisa abordar a História considerando as condições cognitivas dos sujeitos, por isso, os futuros professores precisam ser orientados quanto à elaboração de estratégias adequadas para o público-alvo ao qual se destina a sua formação.

Retomando a discussão levantada por Oliveira (2003), é nesse ponto que reside uma limitação. Se a disciplina sobre ensino de história para os anos iniciais é ofertada para o aluno de Pedagogia por um historiador, dificilmente esse profissional irá abordar conteúdos relacionados à infância e às teorias da aprendizagem junto aos conceitos da História e não o fará não somente por conta de sua formação em outra área, mas também, por conta da curta carga horária da disciplina. Já quando a disciplina é ministrada por um profissional do campo da Educação, as lacunas que se apresentam são em relação aos conceitos da História.

Desse modo, aprender a reconhecer os conceitos históricos e refletir sobre eles nos currículos escolares da Educação Básica, bem como nos livros adotados no curso de Pedagogia é um caminho para a promoção de um ensino de história para crianças, que aborde, frente às discussões abertas nessa disciplina, aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, locais e ambientais.

Com a entrada em vigor da Base Nacional Comum Curricular, que vai incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a preservação do meio ambiente como um tema transversal e integrador de todas as disciplinas, far-se-á ainda mais necessário que os professores estejam aptos para trabalhar transversalmente com esse tema e, de modo específico aqui, os pedagogos.

TRANSVERSALIDADE, ENSINO DE HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA BNCC

De acordo com as disposições da Base Nacional Comum Curricular, o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental deverá enfatizar, ao longo dos cinco anos, o reconhecimento do sujeito enquanto um ser que é individual e coletivo na vida em sociedade; a diferenciação entre os aspectos da vida urbana e rural e da vida pública e privada; noções de lugar, tempo e espaço; reconhecimento de fontes históricas; noções de cidadania e diversidade cultural dos povos.

Partindo de um movimento que se inicia na perspectiva micro e, gradativamente, vai se ampliando para a perspectiva macro, a BNCC ratifica que ao final dessa etapa, ou seja, no 5º ano, os alunos devem estar preparados para os desafios do mundo contemporâneo e, para tanto, devem reconhecer-se como um sujeito histórico, que compreende o efeito das contingências históricas (migrações) na formação das comunidades, povos e sociedade, percebendo, com isso, os múltiplos referenciais

identitários que coexistem e questionando o ideário de Estado-nação, outrora construído na mente dos alunos a partir da disciplina História.

Diante dessa afirmação, verifica-se que no documento estão implícitas as premissas da corrente historiográfica da História Cultural ou, como alguns chamam, da Nova História. Nesse contexto, abre-se espaço para o reconhecimento da história das minorias e dos vencidos, para a micro-história e para a visão que enxerga “de baixo para cima”, conforme defende Peter Burke (2011). Neste ínterim, categorias teóricas como ambiente, cultura e identidade passam a ser reconhecidas como requisitos para a escrita da História. E essas mesmas categorias fazem-se presentes também na Pedagogia.

A fim de possibilitar o desenvolvimento da indicação de que, no 5º ano, os alunos devem estar preparados para os desafios do mundo contemporâneo a partir do reconhecimento de si como sujeitos históricos, o documento dividiu os conteúdos, agora denominados de objetos do conhecimento, em grandes áreas, que receberam o nome de unidades temáticas. São elas: Mundo pessoal: meu lugar no mundo e Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo (1º ano); A comunidade e seus registros, As formas de registrar as experiências da comunidade e O trabalho e a sustentabilidade da comunidade (2º ano); As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município, O lugar em que se vive e A noção de espaço público e privado (3º ano); Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos, Circulação de pessoas, produtos e culturas e As questões históricas relativas às migrações (4º ano); Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social e Registros da história: linguagens e culturas (5º ano).

Dessa maneira, observa-se que os professores dessa etapa escolar precisarão obter o domínio de algumas categorias específicas da História para o desenvolvimento das unidades temáticas definidas pelo documento. O quadro 01 aponta os conceitos teóricos fundamentais que entremeiam as unidades temáticas e o ano em que deverão ser trabalhadas.

CONCEITOS	UNIDADES TEMÁTICAS DA BNCC	ANO EM QUE DEVERÃO SER TRABALHADOS
Conceito de História	Todas	Todos
Sujeito histórico	Todas	Todos
Fontes e memória	A comunidade e seus registros; As formas de registrar as experiências da comunidade	2º ano
	Registros da História: linguagens e culturas	5º ano
Percepção da História no tempo e no espaço	Todas	Todos

Cidadania	A comunidade	2º ano
	As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município	4º ano
Patrimônio	Noção de espaço público e privado	3º ano
	Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos	4º ano
Cultura	Circulação de pessoas, produtos e culturas; Questões relativas às migrações;	4º ano
	Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	5º ano
História Ambiental	Meu lugar no mundo;	1º ano
	Trabalho e sustentabilidade da comunidade;	2º ano
	Lugar em que se vive;	3º ano
	Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos;	4º ano
	Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	5º ano

Quadro 01: Principais conceitos do ensino de história dos anos iniciais e sua distribuição ao longo do primeiro ciclo do Ensino Fundamental

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Considerando essas categorias teóricas como conceitos essenciais que o pedagogo precisa conhecer para ministrar a disciplina de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, verifica-se a necessidade emergente do diálogo entre a História e a Pedagogia durante o curso de formação docente.

Nesse sentido, a transversalidade parece ser uma alternativa possível para o diálogo entre as duas áreas. Quando se fala em transversalidade, é comum a associação com a interdisciplinaridade, mas vale destacar que são proposições que se integram, contudo, são distintas. A interdisciplinaridade é uma abordagem metodológica que não pretende abolir nem fundir disciplinas, mesmo porque reconhece-se a importância das especificidades e dos estudos aprofundados em todas as searas do conhecimento. O que se pretende com a interdisciplinaridade é encontrar nos objetos das áreas específicas pontos comuns com outras áreas que se apresentam como potenciais para interlocuções e mediações na construção do conhecimento (ETGES, 2011). Já a transversalidade é entendida como uma possibilidade de sistematização entre conhecimentos científicos e teóricos e conhecimentos da vida prática que permite ao

aluno uma aprendizagem sobre a realidade (BRASIL, 1997).

Desse modo, pensar um currículo para os cursos de Pedagogia, em que essas categorias teóricas da História estejam presentes de forma transversal ao longo de todo o processo formativo, pode ser uma alternativa para que a História se faça presente no curso. Assim, a carga de conteúdos conceituais relativos à disciplina específica de ensino de história ficará menor e poderá se dar ênfase ao caráter didático e metodológico do ensino de história para os anos iniciais.

Entende-se essa proposta como factível, pois, em consonância com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia, conceitos como História, Memória, Cidadania, Cultura, Tempo, Espaço, Identidade e Ambiente fazem parte dos três núcleos de estudos que compõem o referido curso. São eles: estudos básicos (com vistas à diversidade e ao multiculturalismo da sociedade brasileira, voltam-se para o ensino da reflexão e da ação pedagógica); aprofundamento e diversificação de estudos (voltam-se para as áreas de atuação profissional do pedagogo) e estudos integradores (voltados ao enriquecimento curricular com atividades de integração).

Em relação ao tema meio ambiente, apesar de o quadro 01 apontar a História Ambiental como categoria teórica, não se defende aqui que o curso de Pedagogia deva abrir um espaço curricular de discussão sobre essa área, mas que, assim como as demais categorias, ela se faça presente no currículo de maneira transversal.

Leff (2001) aponta que o objeto de estudo da História Ambiental não é o ambiente, mas o homem. Bittencourt (2008), por sua vez, defende que o objetivo desse campo de estudo é “investigar como os homens, em diferentes sociedades, ao longo dos séculos, foram afetados pelo meio ambiente e, de maneira recíproca, como o ambiente foi afetado pelos homens”. O homem, sob as lentes das suas vivências espaço-temporais intrínsecas à cultura na qual está inserido, desenvolve relações cotidianas em múltiplas esferas, que irão resultar em um protagonismo das transformações da natureza. Assim, esses elementos constituem a História e, conseqüentemente, o ensino de história.

Dessa forma, a compreensão da História Ambiental não cabe a um curso ou a uma disciplina, mas, à medida que compreende a historicidade da existência humana e suas intervenções no ambiente a partir de valores, costumes, práticas e tradições, cabe transversalmente a todo o currículo dos cursos de Pedagogia, afinal, essa discussão perpassa pelas disciplinas que compõem os três núcleos estruturantes outrora mencionados.

As unidades temáticas presentes na BNCC apresentam-se como espaços profícuos para discussões relacionadas ao ambiente e, para além das que foram destacadas no quadro 01, expõe-se que em todos os anos há condições de se promoverem essas discussões durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas referentes às unidades temáticas, haja vista a capacidade transversal e interdisciplinar do tema meio ambiente.

Posto isso, compreende-se que o tema meio ambiente é um elemento curricular que se apresenta como possibilidade para a promoção de diálogos entre os campos da História e da Pedagogia. Ressalta-se que o que está em evidência não é o estudo nem o aprofundamento de conceitos de uma ou de outra área, mas a percepção de um processo que busca romper com a dicotomia que separa o ser humano do ambiente, induzindo a uma lógica antropocêntrica de compreensão do ambiente quando, sob a égide de uma visão holística, ambiente pode ser compreendido como uma rede de interações sociais entre seres vivos e não vivos inscrita nas culturas dos povos e refletidas sobre o mundo (LEFF, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que aqui fora exposto sobre a necessidade de diálogo entre a História e a Pedagogia, verifica-se que uma proposta transversal do ensino, seja na formação docente, seja na Educação Básica, apresenta-se como uma propositura exequível para as interlocuções de conceitos que, apesar de históricos, permeiam o currículo da Pedagogia.

O tema meio ambiente, diante do contexto do paradigma da complexidade, apresenta-se como um elemento potencializador para a estruturação de uma possível proposta transversal. Isso porque, conforme elencado, tratar do ambiente não implica em restringir-se a um campo específico, mas sim compreender o tema em sua amplitude.

A Base Nacional Comum Curricular, ao definir as Unidades Temáticas relativas ao ensino de história para os anos iniciais, ratifica a necessidade de interlocuções entre História e Pedagogia no processo de formação de professores e desvela categorias teóricas históricas fundamentais para a prática docente, o que vem a ser mais um fator que justifica que a comunicação entre as áreas deve acontecer. Porém, verificou-se que a fragilidade da formação do pedagogo quanto ao ensino de história é um aspecto importante a ser observado, pois a superficialidade das discussões relacionadas a esse campo específico nos anos iniciais deixa muitas lacunas que se refletem no ofício docente e, conseqüentemente, na aprendizagem histórica dos alunos, que fica comprometida.

Por fim, acredita-se que a tendência nos próximos anos é que esse diálogo entre a História e a Pedagogia não só se aproxime, ultrapasse e transcenda as fronteiras historicamente estabelecidas, em nome de uma formação que promova ao aluno uma aprendizagem histórica e crítica, pautada nos preceitos da cidadania, mas também lhe sirva como instrumento para o enfrentamento dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Meio ambiente e ensino de História. In: **História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História**. Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, 2003.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosgeral.pdf>> Acesso em 21 de julho de 2018.
- _____. **PARECER CNE/CEB nº 11/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica. Acesso em 05 de julho de 2018.
- _____. **PARECER CNE/CEB nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2018.
- _____. **Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 21 de julho de 2018.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1978.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- ETGES, N. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, A. P.; BIANCHETTI, L. (orgs.). 9. ed. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2008.
- FREITAS NETO, J. A. A transversalidade e a renovação no ensino de história. In: KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, JL.. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2000.
- OLIVEIRA, S. R. F. O ensino de história nas séries iniciais: cruzando as fronteiras entre a História e a Pedagogia. In: **Revista História & Ensino**. Londrina, v. 9, p. 259-272, out. 2003.
- SCHMIDT, M. A. M. S. Concepções de aprendizagem histórica presentes em propostas curriculares brasileiras. In: **História Revista** - V.14. nº01, p. 202-213, 2009. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/8176/5871>. Acesso em 12 de julho de 2018.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

